

2016

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA
INCÊNDIO FLORESTAL DE BOUÇAS-ARGELA/RIBA DE ÂNCORA

CONCELHOS:

CAMINHA

VIANA do CASTELO



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Caminha e Viana do Castelo

Edição: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Autor: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Texto: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Imagens: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Edição: setembro de 2016, revisto em outubro de 2016



Índice

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	4
2.	CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO	5
2.1.	Total em perímetro florestal	5
2.2.	Concelhos e freguesias	6
2.3.	Ocupação do solo	7
2.4.	Espécies florestais.....	7
2.5.	Áreas classificadas	8
2.6.	Outras atividades económicas.....	8
3.	HISTÓRICO DE INCÊNDIOS.....	9
4.	MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA.....	10
4.1.	Combate à erosão e correção torrencial.....	10
4.2.	Fitossanidade.....	12

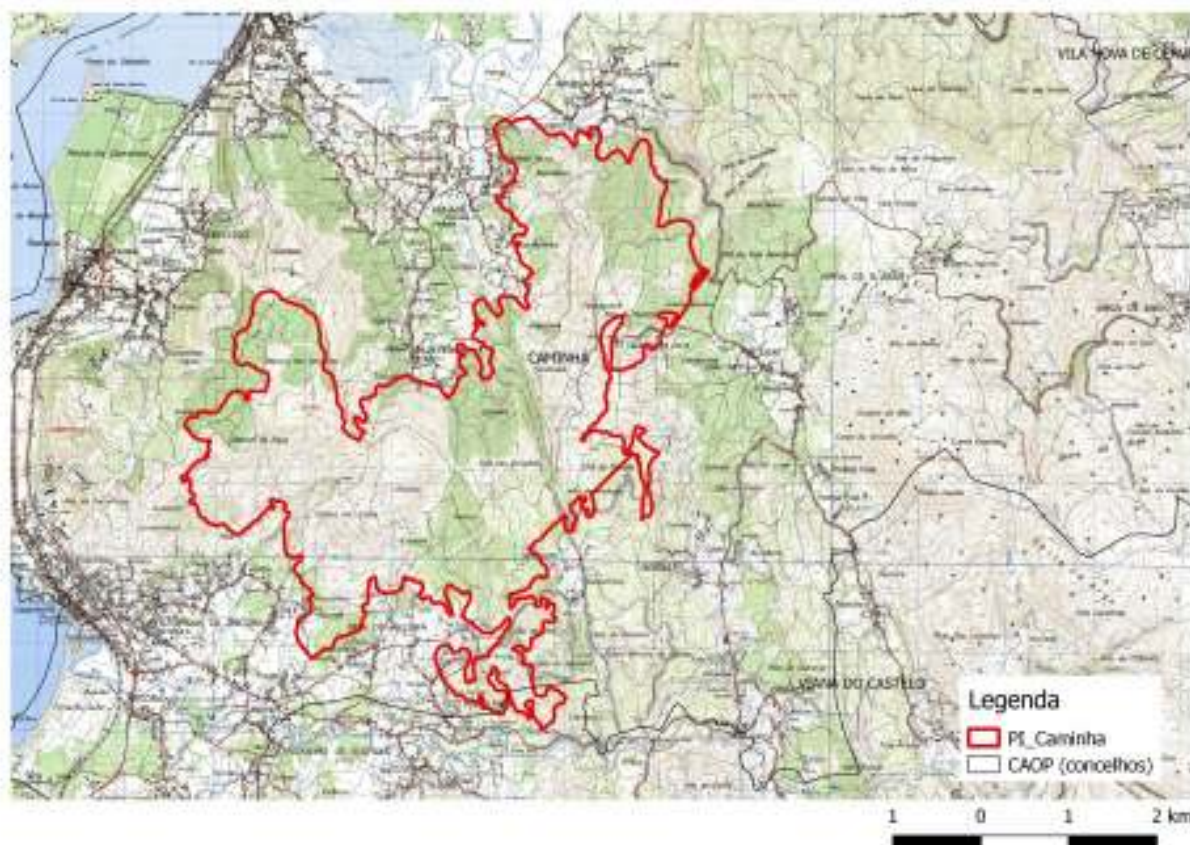
Anexo FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES DE INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCÊNDIO



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Caminha e Viana do Castelo

1. NOTA INTRODUTÓRIA:

No dia 9 de agosto de 2016 teve origem em Argela, concelho de Caminha, um incêndio que se prolongou até ao dia 16 de agosto, tendo consumido áreas de povoamento florestal, matos e alguma agricultura no concelho de Caminha num valor estimado de 1.681 ha.



MAPA 1. ÁREA AFETADA PELO GIF DE BOUÇAS-ARGELA/RIBA DE ÂNCORA (CAMINHA)

Considerando a existência de instrumentos de apoio a situações de emergência, nomeadamente os referidos na Portaria nº 134/2015, de 18 de maio – Operação 8.1.4. “Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos”, procedeu-se à elaboração do presente relatório onde são inicialmente, identificadas as intervenções necessárias à estabilização dos ecossistemas afectados e à remoção do material ardido, para que posteriormente se proceda à recuperação do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afectados.

Assim, pretende este relatório enquadrar a situação ocorrida e simultaneamente, perspectivá-lo como fundamento para execução de medidas de estabilização de emergência passíveis de serem executadas.

Os dados constantes neste trabalho baseiam-se em fotointerpretação de ortofotomapas, informação disponibilizada *online*, informação integrante dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, etc.



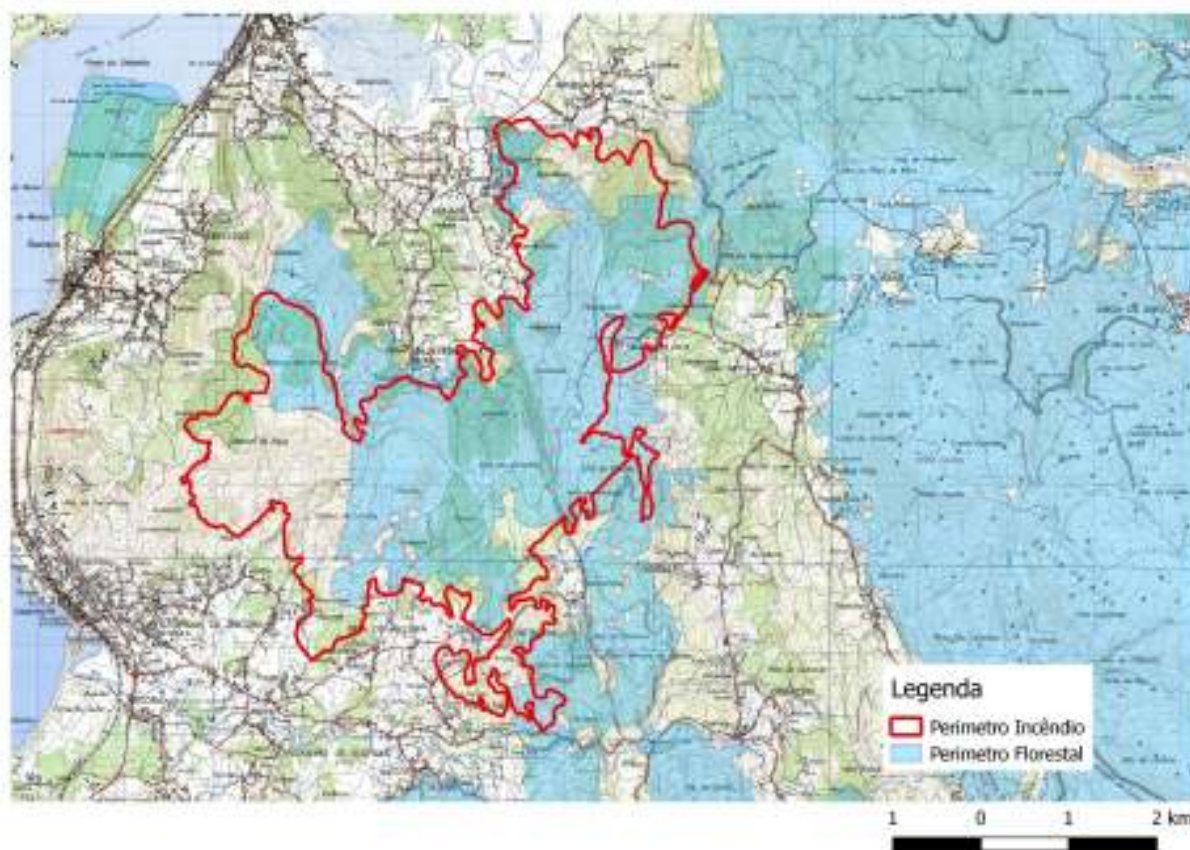
A cartografia do perímetro de área ardida foi elaborada recorrendo a imagens de satélite obtidas por digitalização das imagens Landsat L8 de 15-08 e Landsat L7 de 23-8, com aferição a ortofomapa.

2. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

2.1. Total em perímetro florestal

As temperaturas elevadas, o baixo teor de humidade relativa do ar e dos combustíveis contribuíram para uma rápida expansão da área ardida.

Assim, e tendo em conta, os elementos relativos a esta ocorrência arderam cerca de 1.067 ha no PF de Serras de Vieira e Monte Crasto e 1 ha no PF de Santa Luzia, o que perfaz 63,5 % da área ardida.



MAPA 2. ÁREA AFETADA EM PERIMETRO FLORESTAL PELO GIF DE BOUÇAS-ARGELA/RIBA DE ÂNCORA (CAMINHA)

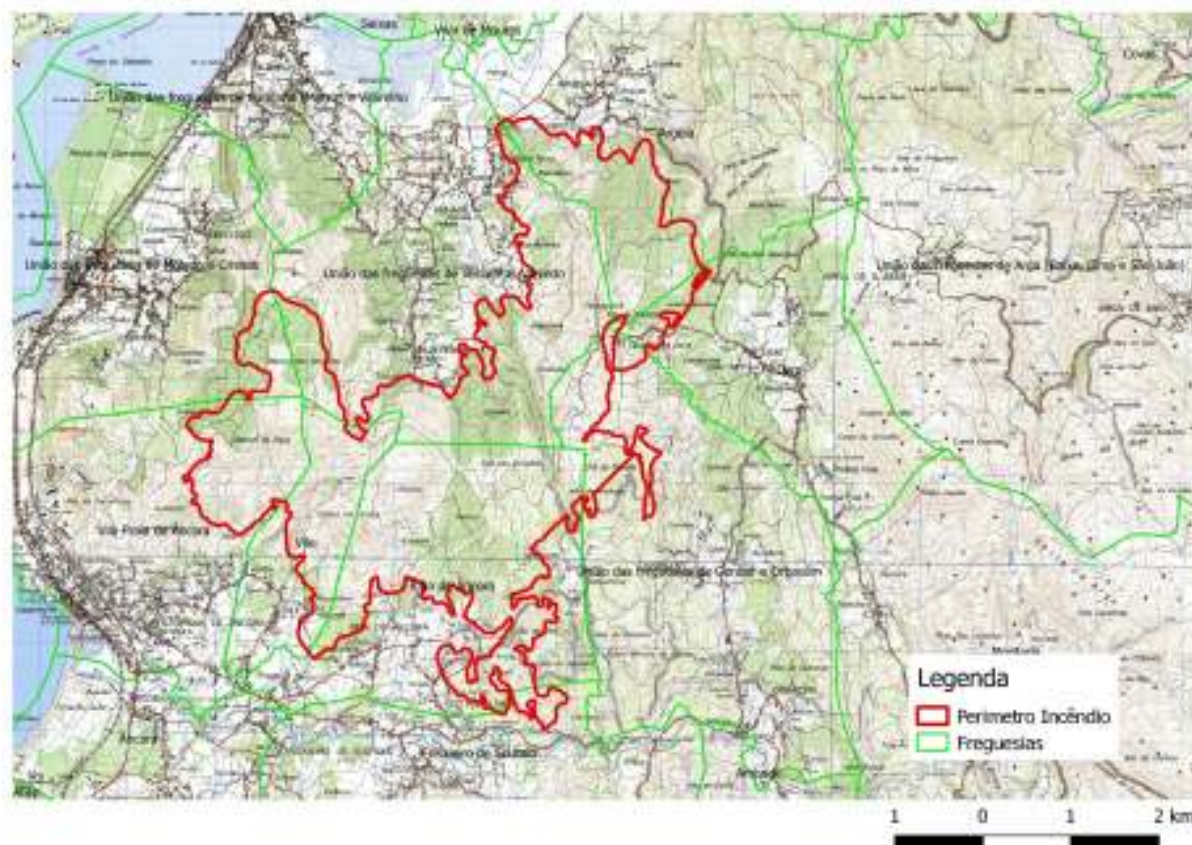
As Unidades de Baldio (UB) submetidas a regime florestal afetadas pelo incêndio são as seguintes: Junta de Freguesia de Argela, Conselho Diretivo de Riba de Ancora, CD Venade, CD Dem, CD Azevedo, UF Gondar e Orbacém, CD Vile e CD Freixieiro de Soutelo.



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Caminha e Viana do Castelo

2.2. Concelhos e freguesias

O incêndio teve origem no dia 9 de agosto, às 17 horas e 10 minutos, na freguesia de Argela, tendo-se propagado para as freguesias de Riba de Ancora, Venade e Azevedo, Dem, Moledo, Gondar, Vila Praia de Ancora e Vile do concelho de Caminha, e na freguesia de Freixeiro de Soutelo do concelho de Viana do Castelo, sendo considerado extinto no dia 16 de agosto.



MAPA 3. ÁREA AFETADA POR FREGUESIA PELO GIF DE BOUÇAS-ARGELA/RIBA DE ÂNCORA (CAMINHA)



2.3. Ocupação do solo

A distribuição da ocupação do solo na área ardida está conforme se pode visualizar no Quadro I:

Quadro I - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO

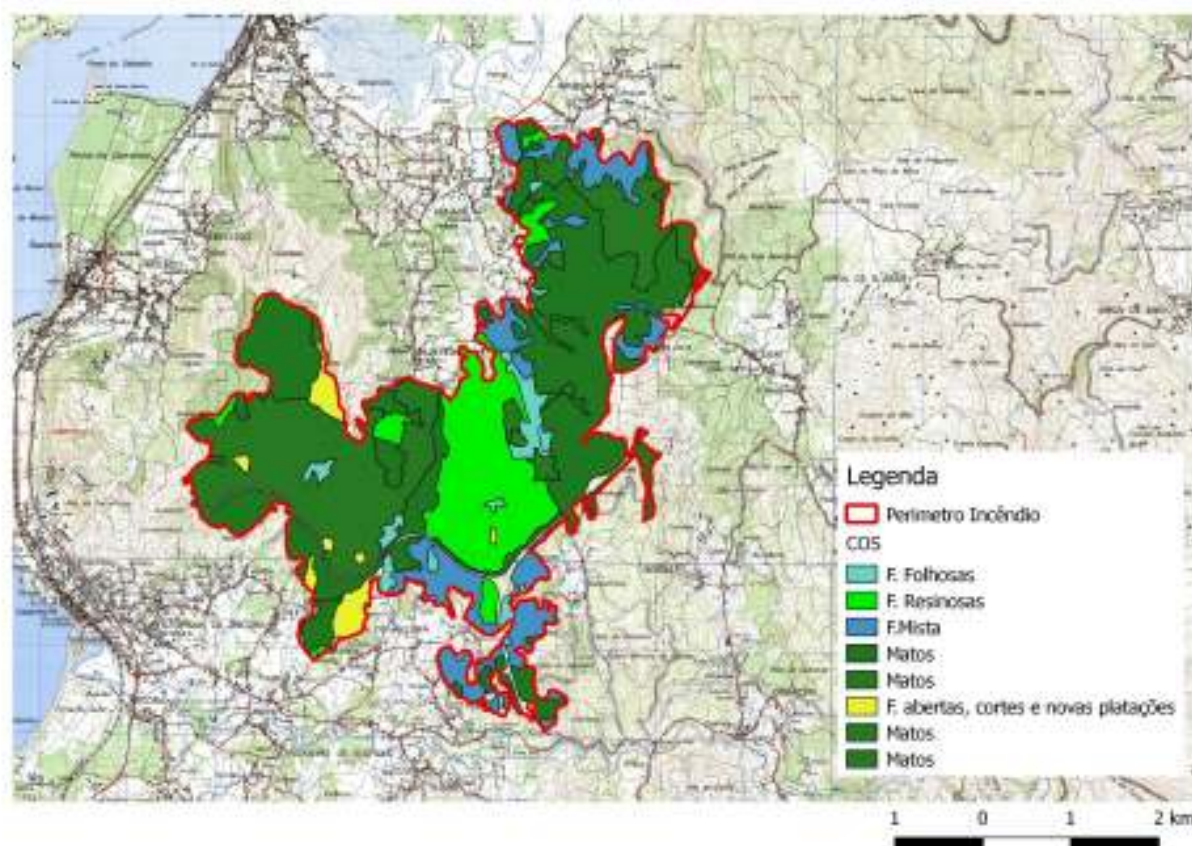
OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA ARDIDA (HA)
Povoamentos florestais	567
Matos e incultos	1.060
Agricultura	14
Espaços urbanos	40
TOTAL	1.681

2.4. Espécies florestais

No que concerne à área florestal consumida pelos incêndios apuraram-se os seguintes elementos reportados no Quadro II:

Quadro II – DISTRIBUIÇÃO POR ESPÉCIE FLORESTAL

ESPÉCIE FLORESTAL	ÁREA ARDIDA (HA)
Folhosas diversas	57
Resinosas diversas	258
Misto de folhosas e resinosas	252
TOTAL	567



MAPA 4. ÁREA AFETADA POR ESPÉCIE PELO GIF DE BOUÇAS-ARGELA/RIBA DE ÂNCORA (CAMINHA)

2.5. Áreas classificadas

Não arderam áreas classificadas.

2.6. Outras atividades económicas

Atividades económicas localizadas neste concelho que foram altamente prejudicadas com a ocorrência deste incêndio:

Resinagem – verificou-se a destruição de milhares de bicas e de pinheiros resinados, que corresponderão a prejuízos relacionados com combustíveis, pessoal, custos administrativos, outros.

Apicultura - Esta atividade económica também foi diretamente afetada dado que implicou na destruição de colmeias, cortiços povoados, do nicho ecológico das abelhas, ausência de alimento e eventual abandono da colónia por parte da rainha-mãe.

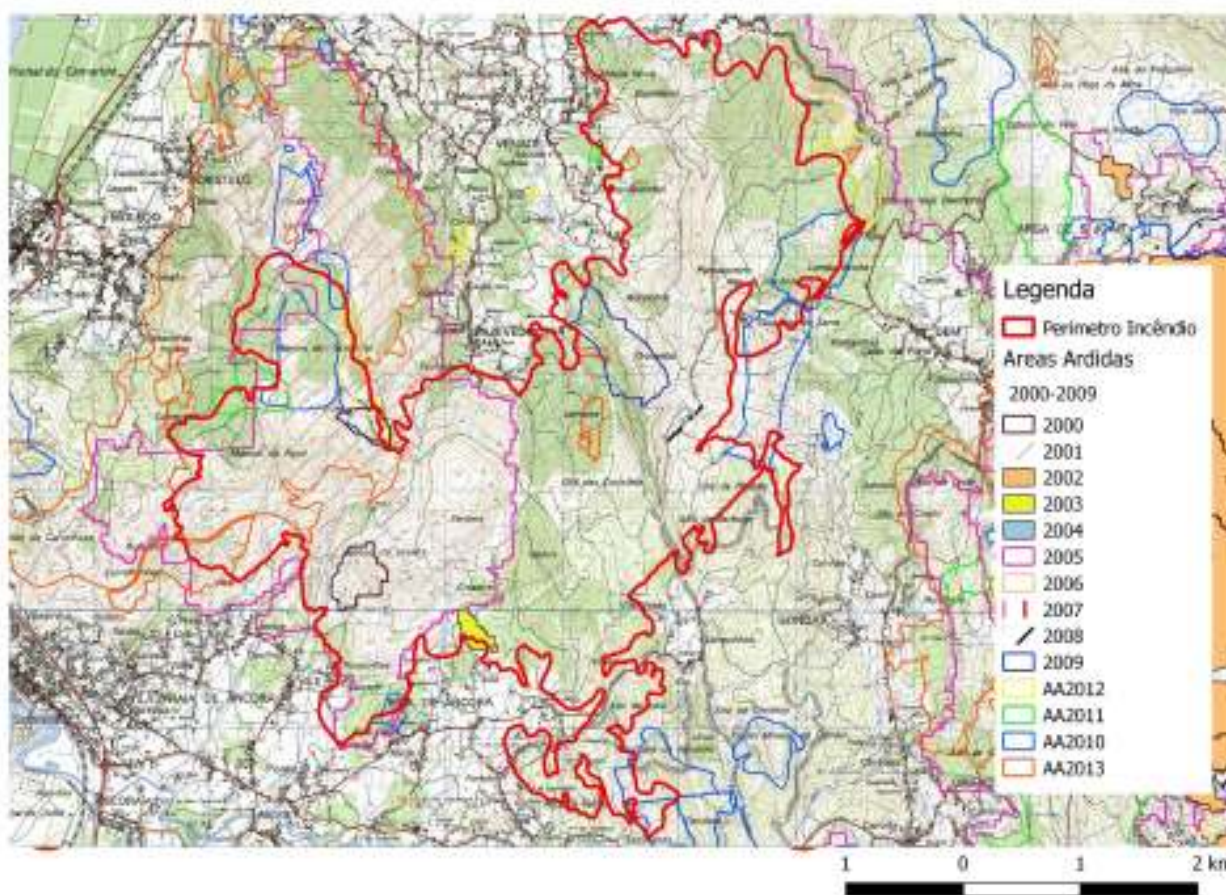


Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Caminha e Viana do Castelo

Cinegética – Constatou-se que estes incêndios afetaram várias Zonas de Caça Associativas (Serra de Arga I, Serra da Agueira, S. Pedro Varais e Vale de Coura) e a Zona de Caça Municipal de S. Pedro de Varais.

A actividade cinegética deverá ser interdita dentro da área do incêndio e de uma faixa de 250 m em redor da mesma, durante os dois próximos anos.

3. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS



MAPA 5. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS DA ÁREA DO GIF DE BOUÇAS-ARGELA/RIBA DE ÂNCORA (CAMINHA)

Do mapeamento realizado das áreas ardidas nos últimos 14 anos, na zona deste incêndio, constata-se a recorrência de vários fogos com proporções significativas que consumiram milhares de hectares de floresta e matos.



4. MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Como medida prioritária importa de imediato, proceder à inventariação de todo o material lenhoso ardido (considerando classes de idade e de dap) com o objetivo de realizar a automarcação daquele que tiver valor comercial para sua colocação à venda com a menor desvalorização possível e providenciar a eliminação do restante de forma a evitar possíveis ataques de pragas e doenças.

Torna-se também importante, escolher bem as árvores a retirar tendo em consideração o grau de intensidade com que o fogo as atingiu. Por norma, devem ser cortadas todas as resinosas que tiverem a copa completamente afetada, sendo aconselhável aguardar sempre que possível, que passe a primavera para decidir sobre a extracção das folhosas e de resinosas menos atingidas pelo fogo.

Por outro lado, constata-se que um dos maiores problemas provocados pelo pós-fogo e que convém precaver está relacionado com a erosão de encostas com declive acentuado e que pode provocar a completa destruição da camada superficial de solo e a impermeabilização do solo (devido às cinzas).

Face ao exposto, as medidas preventivas deveriam ser executadas ainda antes da queda das primeiras chuvas. Tem-se conhecimento no entanto, que o eventual recurso a apoios financeiros do PDR 2020 não se consegue ajustar na maioria dos casos, à agilização de atuação que este processo requer, pelo que deve ser tido em conta que o tempo de análise, decisão e execução podem comprometer a lógica e a pertinência das intervenções consideradas mais urgentes.

Sugere-se ainda, que no âmbito dos trabalhos da exploração florestal, sejam observadas entre outras, algumas das orientações definidas no manual de “Gestão Pós – Fogo” publicado pelo ICNF.

4.1. Combate à erosão e correcção torrencial

Recuperação das infraestruturas danificadas

- a) Remoção de acumulação de materiais florestais (árvores, troncos ou ramos) e de rochas que tenham sido arrastados ou caído para as plataformas de circulação de viaturas e para as valetas e aquedutos;
- b) Garantir a monitorização durante os próximos meses, dos sistemas hidráulicos e de taludes e aterros ao longo da rede viária, realizando obras de consolidação se consideradas necessárias;
- c) Recuperação de pontos de água.



Controlo da erosão, tratamento e protecção de encostas

- a) Em primeiro lugar, importa identificar e monitorizar durante algum tempo, os locais mais susceptíveis a fenómenos erosivos e torrenciais (por exemplo, ter atenção especial a locais alvo de combate ao incêndio com recurso a abertura de faixas de interrupção de combustível com lamina);
- b) No sentido de garantir a maior protecção possível do solo, reduzindo o risco de erosão, deve-se minimizar a movimentação/alteração da camada superficial de solo;
- c) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- d) A movimentação de máquinas a acontecer, deve ser efetuada sempre que possível, segundo as curvas de nível e numa lógica de carregamento e depósito do material lenhoso em local de cota superior, de forma a evitar uma concentração de sulcos que potencie uma maior escorrência de água e terras;
- e) Verificando que o solo se encontra saturado de água, normalmente após ocorrência de longos períodos de precipitação, a utilização de maquinaria pesada deve ser restringida ao imprescindível;
- f) Em locais mais declivosos, a vegetação, os resíduos de exploração e eventualmente, parte do arvoredo consumido pelo fogo devem ser aproveitados para serem colocados em alinhamento segundo as curvas de nível de forma a reduzir o deslizamento e perda de terra nas encostas.

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

- a) Diligenciar o abate de árvores mortas, a limpeza e desobstrução de linhas de água e das passagens hidráulicas;
- b) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- c) Promover a consolidação através da recuperação da vegetação autóctone das margens, privilegiando a regeneração natural e rearborecendo por plantação/sementeira artificial apenas em casos excepcionais (recuperação da galeria ripícola).



Diminuição da perda de biodiversidade

- a) Promover a instalação, através de sementeira ou plantação de folhosas autóctones.
- b) Promover o controlo de espécies invasoras lenhosas.

4.2. Fitossanidade

- a) Remoção imperiosa das árvores ardidas logo que possível de forma a evitar que se tornem atractivas e colonizadas por insectos prejudiciais;
- b) Em consequência, deverão ser cumpridas as medidas específicas para controlo do NMP (Decreto – Lei nº 95/2011, de 8 de agosto, com a redacção dada pelo Decreto – Lei nº 123/2015, de 3 de julho, e a Declaração de Retificação nº 38/2015).



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Caminha e Viana do Castelo

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante) Portaria nº 134/2015, artigo 21º

1- Incêndio

Área (ha)	1.681,000	Data Inicio	09-08-2016
Concelho	Caminha	Data Fim	16-08-2016
Distrito	Viana do Castelo	NUT III	

2 - Parcelas de intervenção

Parcela n.º	Única	Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	1.681	Encostas	X
Local	Bouças	Linhas de água	X
Freguesia	Argela, Riba de Âncora, UF Venade e Azevedo, Dem, Moledo, Gondar, Vila Praia de Âncora,	Rede viária	X
Concelho	Caminha	Outro	X

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas

	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação e tratamento de rede viária	km	40	2.300,00 €	92.000,00 €
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare			
Recuperação de pontos de água	nº	7	500,00 €	3.500,00 €
Recuperação de cercas para protecção dos povoamentos	hectare			
Substituição de sinalização danificada	nº	11	60,00 €	660,00 €
				96.160,00 €

Controlo da erosão, tratamento e protecção de encostas

Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare			
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	20	650,00 €	13.000,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare			
Rompimento da camada do solo repelente à água	hectare			
Tratamento do solo para melhoria das suas características	hectare			
				13.000,00 €

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	40	2.000,00 €	80.000,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº	2	3.000,00 €	6.000,00 €
				86.000,00 €

Diminuição da perda de biodiversidade

Aproveitamento da regeneração natural	hectare			
Instalação, através de sementeira ou plantação	hectare	150	1.950,00 €	292.500,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de com	km			
Controlo de espécies invasoras	hectare	500	550,00 €	275.000,00 €
Aquisição e instalação de protecções individuais de plantas	nº			
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº			
				567.500,00 €

Total

762.660,00 €

4- Observações: